

QUEM
VOCÊ
AJUDOU
HOJE?

Amostra

Como a educação focada no coletivo, e não no indivíduo, pode ser a chave para a construção de um país menos desigual

QUEM VOCÊ AJUDOU HOJE?

O que fazer para combater a radicalização, que mina as chances de o Brasil avançar, e retomar a confiança na política e na democracia

Paulo Henrique Galvão

70

Quem Você Ajudou Hoje?

Copyright © 2026 Edições 70

Edições 70 é um selo da Editora Almedina do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

Copyright © 2026

ISBN: 978-65-5427-555-2

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2026 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G182q

Galvão, Paulo Henrique

Quem você ajudou hoje? Como a educação focada no coletivo, e não no indivíduo, pode ser a chave para a construção de um país menos desigual. O que fazer para combater a radicalização, que mina as chances de o Brasil avançar, e retomar a confiança na política e na democracia / Paulo Henrique Galvão. 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Edições 70, 2026.

272 p.; 15,7 x 23 cm.

ISBN: 978-65-5427-555-2

1. Ciência política - Brasil. 2. Democracia.
3. Desigualdade social. 4. Educação e sociedade.
I. Título.

CDD 320.981

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciência política: Brasil 320.981

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Editor da Obra: Rodrigo Mentz

Vendas Governamentais: Cristiane Mutus

Produtor Editorial: Alessandro Thomé

À memória do querido amigo e grande jornalista André Russo e dos mais de 700 mil mortos na pandemia de covid-19, boa parte vítima, também, do obscurantismo e da inação.

Amostra

Amostra

*“Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois
Para melhor juntar as nossas forças
É só repartir melhor o pão.”*

BETO GUEDES

Amostra

SUMÁRIO

01. Um chamamento...	1
02. A pós-verdade desafia a democracia	19
03. Esquerda, direita... terceira via?	40
04. Por um novo contrato social	65
05. A solução para democracia é mais democracia	93
06. Congresso e Judiciário estão devendo	119
07. Para além do bolsonarismo e do lulopetismo	165
08. Quem sabe faz a hora...	215
Agradecimentos	229
Notas	231
Referências bibliográficas	259

Amostra

UM CHAMAMENTO...

“Poderiam perguntar-me se sou príncipe ou legislador para escrever sobre política. Respondo que não, e é por isso que escrevo sobre a política. Se eu fosse príncipe ou legislador, não perderia meu tempo em dizer o que é preciso fazer, eu o faria ou me calaria.”

JEAN-JACQUES ROUSSEAU

O assunto é muito sério. Uma pesquisa Ipsos sobre a incidência de governos populistas, realizada em 2025, trouxe um resultado preocupante em relação ao Brasil. Cinquenta e oito por cento dos entrevistados concordaram que “o país precisa de um líder disposto a quebrar regras para promover mudanças e consertar o país”. Isso, mesmo! Mais da metade dos entrevistados acreditava que a solução para nossos problemas passava por medidas extremas, fora da Constituição. O levantamento indicava, ainda, que 69% dos brasileiros “acreditam viver em uma sociedade deteriorada”.¹

A questão não se restringe ao Brasil. O relatório de 2025 do Instituto V-Dem, da Universidade de Gotemburgo, na Suécia, mostrou que o descontentamento com a democracia era crescente em quase todo o mundo. Pela primeira vez, em 20 anos, o número de autocracias (91) superou o de

¹ Brasil entre... (2025).

democracias (88). No levantamento de 2026, a entidade destacou recuperação democrática no Brasil, a partir de 2022, com a eleição de Lula, mas apontou um cenário internacional ainda pior, com apenas 7% da população mundial vivendo sob uma democracia liberal, enquanto 74% estavam sob regimes autocráticos. E o mais preocupante é que o engajamento dos jovens com a democracia vem diminuindo. Uma pesquisa da *Open Society Foundations*, feita em 2023, com pessoas entre 18 e 35 anos, indicava que somente 57% preferiam a democracia a outra forma de governo.

Os dados reforçam o que o cientista político norte-americano Larry Diamond chamou de *recessão democrática*. Para o pesquisador, desde 2006, “o autoritarismo vem se aprofundando”² e países estratégicos, como os Estados Unidos, têm demonstrado pouca vontade para promover a democracia de forma global. Se você está minimamente atento à literatura recente relacionada a essas questões, deve ter percebido o lançamento de uma profusão de livros, aqui e lá fora. *Como as democracias morrem, Por que a democracia brasileira não morreu?, O crepúsculo da democracia, Biografia do abismo* e *A vingança do poder* são alguns exemplos de obras sobre as quais tentarei me debruçar por aqui.

Creio que a palavra que melhor explique o descontentamento de boa parte da população mundial com o regime democrático seja *ressentimento*, segundo o Houaiss, “uma mágoa que se guarda de uma ofensa ou de um mal que se recebeu”. E não tenho dúvidas de que a desigualdade social está na raiz desse rancor. O modo capitalista e a globalização produziram riquezas indiscutíveis, que reduziram os níveis globais de pobreza, mas sem eliminar os abismos existentes entre as nações e, no âmbito doméstico, entre ricos e pobres. Segundo o trabalhista britânico Anthony Crosland, “o ressentimento social origina-se principalmente de uma situação em que as pessoas são incapazes de encontrar um lugar na sociedade equivalente a seus talentos”. E o pior. Não enxergam uma saída, pois percebem que “aqueles que estão em posição de riqueza ou poder podem perpetuar seus privilégios através das gerações”.³

O que mais preocupa é que, ressentida com a incapacidade da democracia liberal de suprir suas demandas, muita gente tem preferido colocar a culpa do problema no regime, e não nos governantes de plantão.

² Facing up... (2025).

³ Giddens (1996, p. 86).

Ora, uma das grandes vantagens do modo democrático é justamente poder, por meio de eleições e da consequente alternância de poder, retirar da cadeira quem não fez um bom trabalho. É evidente que a democracia tem suas deficiências, e não são poucas. Não à toa Winston Churchill afirmou que “a democracia é a pior forma de governo, com exceção de todas as demais”. Ao construir a frase desse jeito, o primeiro-ministro britânico durante a Segunda Guerra Mundial ressalta a imperfeição do regime democrático, mas enfatiza, também, que não há nada melhor para colocar no lugar. A história nos prova isso, e trataremos dessa questão mais adiante. O fato é que, principalmente em um cenário tão desigual como o que vivemos, os embates em um regime democrático são mais do que esperados, fazem parte do jogo. “A política é essencialmente conflitiva”,⁴ nos lembra Raymond Aron. E as demandas de uma sociedade colossal, desigual e plural como a brasileira são distintas e, muitas vezes, incompatíveis. Não há como falar em *bem comum* em um ambiente com tantas iniquidades. Nesse cenário, o que é bom para você, muitas vezes não é para o outro. Cabe aos governantes não a busca de um inalcançável consenso, mas a administração do dissenso.

Há também um aspecto que dificulta ainda mais a tarefa dos governantes democráticos de gerenciar desacordos nos tempos atuais, mas que considero algo positivo, um avanço da nossa sociedade. Minorias nas instâncias de poder têm, hoje, por conta da difusão da internet e da proliferação das redes sociais, um espaço maior para reivindicar seus direitos. Estão empoderadas, para usar um termo do momento. Isso gera, obviamente, mais faíscas, mas é bom, e necessário. Faz parte da luta que consideramos justa para a transformação do país.

O desencanto com o regime democrático traz consigo, porém, outro elemento extremamente preocupante, que é a abertura para aventureiros políticos, populistas autoritários, os ditos *salvadores da pátria*. Com discursos de ódio contra “tudo e todos que estão aí”, prometendo, falaciosamente, um contato direto com o povo, pregam a antipolítica. Deslegitimam adversários e difundem a ideia de que pessoas e grupos que pensam de forma diferente em relação à política são inimigos. Tal estratégia remonta

⁴ Aron (1979, p. 344).

a tempos sombrios. Foi Carl Schmitt,⁵ teórico e promotor do nazismo, quem, segundo Norberto Bobbio, definiu a política como “esfera da relação amigo-inimigo”.⁶

Esse cenário, altamente nocivo, tem transformado nossa convivência e interferido nas relações familiares e de trabalho de modo bastante significativo. Não faço críticas aqui à polarização, natural em qualquer ambiente político, principalmente em uma sociedade tão heterogênea quanto a nossa. O problema está na radicalização, na não escuta do outro, na “negação da legitimidade dos oponentes políticos”,⁷ como destacaram Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em *Como as democracias morrem*. Uma pesquisa realizada em parceria da Universidade Federal de São Carlos com a Universidade de São Paulo destaca que as filiações partidárias, hoje, no país, estão sendo impulsionadas mais pela aversão ao rival do que pela identificação com o programa e as ideias de determinada legenda. É o que os pesquisadores da UFSCar e da USP chamaram de *engajamento pelo ódio*.⁸ Mais triste do que o fato em si é a percepção de que esse comportamento do eleitorado brasileiro tem sido incentivado por nossa classe política, e não é de hoje. O *nós contra eles*, de Lula e PT, foi seguido pelo *bem contra o mal*, de Jair Bolsonaro, fomentando a divisão da sociedade. Não é preciso ser um cientista político para perceber o mal que essa radicalização tem feito ao país. Sinto que estamos em uma espécie de cabo de guerra. Gente puxando de um lado, outros tantos fazendo força contrária, e o Brasil patinando, praticamente sem sair do lugar.

Mais preocupante ainda é a percepção de que um dos polos dessa radicalização atuou claramente contra o Estado Democrático de Direito, em uma tentativa de subverter a vontade dos eleitores expressa pelo voto. Por mais que Jair Bolsonaro repita, à exaustão, que agiu “dentro das quatro linhas” da Constituição, o processo penal da tentativa de golpe de Estado que o condenou a mais de 27 anos de prisão trouxe elementos robustos de que o ex-presidente e os outros 30 réus planejaram a ruptura institucional.

⁵ Também defendeu que o governante, o soberano, possa agir fora da legislação em momentos em que ele próprio declara ser de exceção. Para Schmitt, “todo sistema legal [...] tem de abrir espaço para uma ação em situações de emergência” (Naím, 2023, p. 40).

⁶ Bobbio (2011, p. 82).

⁷ Levitsky; Ziblatt (2018, p. 70).

⁸ Henuid (2024).

Relator da ação penal no STF, o ministro Alexandre de Moraes destacou, em seu voto pela condenação, que o ex-presidente era um réu confesso. O ministro referiu-se a uma fala durante evento com evangélicos em Goiás, em agosto de 2021, quando Bolsonaro, em alusão às eleições do ano seguinte, disse que só tinha três alternativas para o futuro: “Estar preso, estar morto ou a vitória.” Para Moraes, “o líder do grupo criminoso deixa claro, aqui, de viva voz, de forma pública, para toda a sociedade, que jamais aceitaria uma derrota democrática nas eleições”.⁹ O inquérito da Polícia Federal cita, inclusive, ações para “prender/matar” Alexandre de Moraes e o planejamento de assassinato, “por envenenamento”, do presidente Lula e do vice, Geraldo Alckmin, “com a finalidade de extinguir a chapa vencedora das eleições presidenciais de 2022”.¹⁰

Não surpreende que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, tenha apontado Jair Bolsonaro como principal articulador e beneficiário da trama golpista e que, segundo a denúncia, o então presidente teria concordado com o plano *Punhal Verde e Amarelo*, que previa a execução de Lula, Alckmin e Moraes.¹¹ Em 24 de maio de 1999, Jair Bolsonaro foi perguntado, durante entrevista na TV Bandeirantes, se tinha esperança de um futuro melhor para o Brasil. O então deputado federal respondeu que o país só mudaria, mesmo, com “uma guerra civil” e “fazendo um trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil, começando com FHC”. E completou: “Se vai [sic] morrer alguns inocentes, tudo bem.”¹²

Durante os quatro anos como presidente da República, em diversas ocasiões Jair Bolsonaro fez menção à existência de inimigos internos no país. Em 12 de agosto de 2021, durante solenidade no Palácio do Planalto para cumprimento a oficiais gerais recém-promovidos, o então presidente aludiu à falácia do Poder Moderador nas mãos das Forças Armadas e agradeceu aos militares “pelo compromisso de dar a vida pela pátria, se preciso for, quer sejam ameaças externas ou internas”.¹³ Meses depois, em março de 2022, durante evento do PL em Brasília, em tom de campanha,

⁹ Prates (2025).

¹⁰ Veja íntegra... (2024).

¹¹ Bolsonaro é denunciado... (2025).

¹² Helal Filho (2019).

¹³ Longo (2021).

Bolsonaro disse que “o nosso inimigo não é externo, é interno, [...] não é uma luta da esquerda contra a direita. É uma luta do bem contra o mal”.¹⁴

A estratégia de Bolsonaro de usar terminologia de guerra nos parece clara. Adversário político se combate com ideias, mas o inimigo deve ser eliminado. Ao tentar incutir em seus apoiadores a falsa ideia da existência de inimigo interno, o então presidente sugere que poderia estar buscando suporte para medidas de exceção. Um perigo que, naturalmente, nos remete a períodos sombrios da ditadura. A entrevista à Band, enquanto deputado, e a divulgação das provas no inquérito da tentativa de golpe de Estado reforçam o pendor de Jair Bolsonaro em buscar soluções fora *das quatro linhas* da Constituição, para usar uma expressão costumeira do capitão reformado.

Creio, por tudo isso, não ter exagerado ao afirmar que o que me traz aqui é muito sério. Minha motivação maior é, sem dúvida, tentar, humildemente, colaborar para que nossa sociedade perceba que os problemas naturais da democracia só serão resolvidos com mais democracia, e não com menos. Quem acompanhou as investigações da tentativa de golpe, liderada por Jair Bolsonaro e por generais que não honraram a farda, percebeu o quão perto estivemos da ruptura institucional. Julgo que, não fossem as posturas do então comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Baptista Júnior, e do Exército, general Antônio Freire Gomes, durante reunião em que Bolsonaro lhes apresentou o plano que impediria a posse de Lula, talvez a história fosse outra. A negativa do Alto Comando do Exército, formado pelo comandante da Força e outros quinze generais de Exército (quatro estrelas), também parece ter sido crucial para que a aventura golpista não se concretizasse.

O fato é que, sem dúvida alguma, o país esteve sob risco real de um enorme retrocesso. E ainda assim, há uma parcela significativa da sociedade que mantém o apoio ao bolsonarismo. Raymond Aron nos ensina que “a violência contra a lei constitucional participa da ambiguidade de todos os acontecimentos históricos, que são admiráveis ou odiosos, de acordo com a preferência do observador”, e que “a insurreição vitoriosa, criminosa na origem, passará a ser retrospectivamente a fonte de uma nova legalidade”.¹⁵ Isso é um perigo! E ainda que nossas instituições tenham demons-

¹⁴ Em tom... (2022).

¹⁵ Aron (1979, p. 340–341).

trado força suficiente para impedir a ruptura, o sentimento de insatisfação permanece na sociedade. E isso é muito ruim, como já dissemos anteriormente. Abre espaço para aventureiros, muitas vezes notoriamente desqualificados para o exercício da cidadania. O desempenho de Pablo Marçal nas eleições municipais de São Paulo, em 2024, é um exemplo claro de como o descrédito na política e nos políticos pode ser danoso. Com um discurso antissistema e uma postura, nos debates, que fugia a qualquer regra de civilidade, o então candidato do PRTB, condenado,¹⁶ em 2010, a quatro anos e cinco meses de prisão por colaborar com uma quadrilha que invadia contas bancárias na internet, quase chegou ao segundo turno. Será que é isso que queremos para nosso país? O que mais explica a ascensão de figuras como Pablo Marçal a não ser a descrença total no sistema político?

O que explica o apoio de parcela significativa da sociedade ao bolsorismo, apesar da tentativa de golpe de Estado, do desapareço gritante às instituições democráticas, do negacionismo climático e da forma desastrosa como o então presidente lidou com a covid-19? Um ano depois do início da pandemia, Jair Bolsonaro ainda tratava a tragédia com desdém. “Teve esse vírus, potencializado por essa mídia que nós temos, essa mídia sem caráter”,¹⁷ reclamou. Quantas das quase 700 mil vidas perdidas naquele período poderiam ter sido salvas se o Governo Federal tivesse se esforçado para oferecer, o quanto antes, as vacinas contra o coronavírus, ou se Bolsonaro não tivesse boicotado medidas de isolamento e estimulado o uso de medicamentos ineficazes? “A pressa da vacina não se justifica”, afirmou o então presidente em dezembro de 2020.¹⁸ Em depoimento à CPI da Covid, o então diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, afirmou que, “se todos os atores” tivessem colaborado, o Brasil poderia ter sido o primeiro país a oferecer a imunização contra a covid.¹⁹

Não há dúvidas de que o *engajamento pelo ódio*, identificado por pesquisadores da UFSCar e da USP, explica, em parte, o apoio ao bolsorismo. Pesquisa Genial/Quaest sobre as motivações do voto nas eleições

¹⁶ Pablo Marçal foi preso provisoriamente por quatro dias, mas, mesmo condenado, não cumpriu a pena, que prescreveu, por demora do TRF-1 em apreciar o caso. (Pablo Marçal..., 2024)

¹⁷ Coletta (2021).

¹⁸ Pressa da... (CNN, 2020).

¹⁹ A vacinação contra a covid-19 teve início no Brasil em 17 de janeiro de 2021. O Reino Unido disponibilizou a primeira vacina em 8 de dezembro. (Brasil poderia..., 2021)

presidenciais de 2022 mostrou que 46% dos eleitores de Lula admitiram que o principal motivo da escolha foi tirar Bolsonaro do governo. Em contrapartida, entre os eleitores de Bolsonaro, 43% afirmaram que a decisão foi tomada principalmente para que o PT não voltasse ao governo, o que transformou o pleito em uma “guerra de rejeições”.²⁰ Esse ambiente de antagonismo, mais radical do que estávamos acostumados, tem sido alimentado, também, por um fenômeno classificado pelo cientista político estadunidense Shanto Iyengar como *polarização afetiva*. O pesquisador refere-se ao crescimento da intolerância aos que pensam diferente em relação às chamadas pautas identitárias, que envolvem questões de gênero, religião e etnia. “Quando a polarização vira uma relação de afeto, o adversário passa a ser seu inimigo, uma ameaça à própria existência do grupo, um mal a ser destruído”,²¹ afirmaram os cientistas políticos Felipe Nunes e Thomas Traumann em obra cujo título reflete com precisão o atual momento político do país: *Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil*.

É justamente a possibilidade e o receio do comprometimento do nosso futuro que me traz aqui. Afastada a ameaça de ruptura institucional, o que, obviamente, nos provoca um grande alívio, permanecemos, no entanto, presos a um cenário de polarização crescente. E o que é pior, alimentado por importantes líderes, como Lula e Bolsonaro, que necessitam, ambos, por parte de seus eleitores, do ódio e da aversão ao outro para sobreviver politicamente. Sem um projeto claro de governo, enfraquecido sob uma base de apoio heterogênea e pouco fiel, diante de um Congresso dominado pelo Centrão, integrado por parlamentares mais preocupados com interesses próprios e paroquiais do que com a coisa pública, Lula e seu ministro “do Marketing Político”, Sidônio Palmeira, aproveitaram o embate com o Legislativo envolvendo a proposta de aumento do IOF, em junho de 2025, portanto, dezesseis meses antes das eleições, para repaginar o *nós contra eles* na versão *ricos contra pobres*.

O Brasil merece muito mais do que isso! Ao demonizar o capital privado, representado por ele pela *Faria Lima*, mostrar descompromisso com a responsabilidade fiscal e insistir num modelo falido em que o Estado deve ser o principal motor da economia, Lula afasta investidores e reduz as

²⁰ Nunes; Traumann (2023, p. 84–85).

²¹ Ibid. (p. 134).

possibilidades de transformação social no país. Não nego aqui os avanços que registramos nas duas últimas décadas, principalmente no que diz respeito à redução da pobreza extrema e da fome e ao maior acesso ao ensino superior. Mas acredito que a verdadeira emancipação da população mais pobre não virá com esse receituário.

Creio que uma rápida análise do histórico do programa Bolsa Família explique o que pretendo dizer. Criado em 2004 para atender 6,6 milhões²² de famílias, atingia, ao final de 2025, 18,7 milhões de lares, o que representa quase um quarto da nossa população. Isso mesmo! De cada 4 brasileiros, um era beneficiário do programa. Não restam dúvidas de que o Bolsa Família tem seus méritos, pois tem melhorado a qualidade de vida de milhões de pessoas ao oferecer, principalmente, condições para uma alimentação mais adequada. O avanço, no entanto, do total de beneficiários demonstra, a meu ver, a ineficácia desse programa de transferência de renda na emancipação social. O ex-presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan disse, certa vez, que “o sucesso de um programa social deve ser medido não pelo número de pessoas atendidas, mas por aqueles que conseguem sair”. E a porta de saída do Bolsa Família continua muito estreita, apesar dos bons números registrados em 2025, quando mais de 2 milhões de domicílios saíram do cadastro.²³

Não há dúvidas de que a pandemia da covid-19 teve influência no aumento dos beneficiários naquele período, já que as medidas de isolamento provocaram graves repercussões na economia, elevando os índices de desemprego, reduzindo jornadas de trabalho e, conseqüentemente, diminuindo o poder de compra de milhões de brasileiros. Parece-nos, porém, que a explosão de pedidos de ingresso foi gerada por outro fator: a mudança de percepção do então presidente Jair Bolsonaro em relação ao Bolsa Família. O que, no passado, era “compra de votos” ou “um projeto para tirar dinheiro de quem produz e dá-lo a quem se acomoda, para que use seu título de eleitor e mantenha quem está no poder”²⁴ mostrou-se uma tábua de salvação para o então mandatário. Bolsonaro não só manteve o Bolsa Família, transformado em Auxílio Brasil, como elevou o benefício médio, com ajuda do Congresso, de algo em torno de R\$ 190 para R\$ 600. O resultado?

²² Thomé (2013).

²³ Barcellos (2025).

²⁴ Fortuna (2019).

O número de famílias, que antes da pandemia girava em torno de 14 milhões, pulou para mais de 21 milhões. Os gastos com o programa, em torno de R\$ 33 bilhões anuais, saltaram cerca de 5 vezes, para mais de R\$ 160 bilhões. A descoberta de Bolsonaro não surpreende. Referência no estudo de políticas públicas de combate à pobreza, a professora da Unicamp Sonia Draibe afirma que a “boa resposta eleitoral” aos programas de transferência de renda “leva governo e oposição a não apenas disputarem seu crédito, como prometerem sua perenidade”.²⁵

Repito aqui o que já disse inúmeras vezes em meus programas de rádio. Não sou contra o Bolsa Família. Nossa realidade social aponta, ainda, a necessidade desse tipo de programa. O que não é aceitável é perceber que parte significativa dos valores destinados às famílias pobres está escorrendo para as contas de casas de apostas esportivas, as chamadas *bets*. Somente em janeiro de 2025, R\$ 3,7 bilhões foram transferidos, o que corresponde a 27% do montante distribuído pelo programa. Os dados do Tribunal de Contas da União indicam que 4,4 milhões dos 20,3 milhões de famílias beneficiadas realizaram apostas online naquele mês, o que configura um total desvirtuamento das finalidades do Bolsa Família. Apesar de gravíssimo, o problema maior não é esse, mas o fato de ter se transformado em um paliativo. Mesmo com as condicionalidades impostas às famílias, como obrigatoriedade de manutenção das crianças na escola, o programa não tem obtido êxito no combate à raiz do problema. O crescimento do número de famílias beneficiadas, ao longo dos anos, comprova isso. Defensores árdios do Bolsa Família vão lembrar, com razão, que o índice de pobreza no país está baixando. Segundo o IBGE, entre 2023 e 2024, caiu de 27,4% para 23,1%, a menor proporção desde 2012, mas que ainda representa um contingente de quase 49 milhões de pessoas. O total de miseráveis também caiu. Em um ano, 1,9 milhão de brasileiras e brasileiros deixaram a situação de extrema pobreza, mas a parcela da população nessa situação aviltante ainda é de 3,5%, o equivalente a 7,4 milhões de pessoas. Será que é isso que a população brasileira merece? É isso que uma das maiores economias do mundo tem a oferecer a seu povo? É inadmissível que o Brasil, com todas suas potencialidades humanas, geográficas e climáticas, se desenvolva menos do que a média mundial. Estamos patinando há anos, ficando para trás. No ranking do FMI de PIB *per capita*, em paridade do

²⁵ Thomé (2013, p. 113).

poder de compra, caímos do 80º lugar, em 2010, para o 87º, em 2025, em uma lista com 182 países. E a previsão do Fundo Monetário Internacional é a de que perderemos mais duas posições até o fim da década. Reportagem do jornal *Valor Econômico* de julho de 2025 estampa que o “Brasil se aproxima da metade mais pobre do planeta”.²⁶

Mais pobre e extremamente desigual. Apesar de a desigualdade de renda ter caído em 2024 para o menor nível desde 2012, motivada, segundo o IBGE, em parte pela expansão dos programas sociais e pelo reajuste real do salário mínimo, o rendimento médio mensal dos 1% mais ricos equivalia a 36 vezes os ganhos dos 40% mais pobres.²⁷ Essa relação vem caindo — em 2019, bateu em 48,9 vezes —, mas em ritmo lento, o que nos mantém entre as nações mais desiguais do planeta. Um dos principais pesquisadores da desigualdade no país, o sociólogo Marcelo Medeiros afirma que “é preciso reunir os 95% mais pobres para alcançar a renda dos 5% mais ricos”.²⁸

A situação é ainda pior quando se leva em consideração não apenas a renda, mas todos os ativos financeiros. Um estudo liderado pelo economista francês Thomas Piketty, autor de *O capital no século XXI*, um dos pesquisadores da área mais respeitados em todo o mundo, mostra que a concentração de renda e patrimônio no Brasil cresceu nos últimos dez anos. O levantamento indica que os 10% mais ricos detêm 70% da riqueza do país, enquanto a metade mais pobre acumula somente 2,4% do patrimônio total. A explicação é simples: “A desigualdade faz com que os patrimônios originados no passado se recapitalizem mais rápido do que a progressão da produção e dos salários. Essa desigualdade exprime uma contradição lógica fundamental. O empresário tende inevitavelmente a se transformar em rentista e a dominar cada vez mais aqueles que só possuem sua força de trabalho. Uma vez constituído, o capital se reproduz sozinho, mais rápido do que cresce a produção. O passado devora o futuro”,²⁹ afirma Piketty. E se a realidade presente nos coloca em um cenário de juros extremamente elevados, o fenômeno destacado pelo francês ganha impulso ainda maior.

²⁶ Fagundes; Fernandes (2025).

²⁷ R\$ 21.767,00 contra R\$ 601,00 (Andrade, 2025).

²⁸ Medeiros (2023, p. 30).

²⁹ Piketty (2014, p. 555).

Em relação ao restante do mundo, os dados brasileiros relativos à desigualdade também desapontam. O Relatório Global de Riqueza 2025, elaborado pelo banco suíço UBS, que analisa 56 países e que leva em consideração, além dos rendimentos, o patrimônio de cada pessoa, coloca o Brasil na vergonhosa posição de líder mundial na diferença entre ricos e pobres, seguido de Rússia, África do Sul e Emirados Árabes Unidos.³⁰ Considerando apenas o Índice de Gini, que reflete a distribuição de renda entre a população, o Brasil ocupa o 6º lugar entre os países mais desiguais em todo o mundo, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/2024, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD.³¹ A lista é *liderada* por África do Sul, Namíbia e Zâmbia. Quase trezentos anos atrás, Jean Jacques-Rousseau já afirmava que “é manifestamente contra a lei da natureza que um punhado de gente tenha coisas supérfluas em abundância enquanto a multidão faminta carece do necessário”.³²

Tratar de forma desigual os desiguais

O caminho para que possamos sair dessa situação é longo. Necessita de diversas transformações que, modestamente, tentaremos sugerir por aqui. Uma delas, no entanto, é primordial. Que o governo de plantão, e a sociedade em geral, estejam, efetivamente, comprometidos com o cumprimento do artigo 3º, inciso III, da Constituição Federal. Está lá, documentado, que entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Compromisso firmado pelos parlamentares constituintes, em 1988, e não cumprido até agora.

Os números trazidos aqui deixam claro que o modelo adotado nas últimas décadas não foi suficiente. É ilusório acreditar que a manutenção das mesmas práticas possa trazer resultados diferentes. Precisamos de algo novo. Acredito que o caminho que nos afaste e proteja dessa polarização radical passa por uma terceira via, nos moldes do que propõe Mark Latham, uma política capaz de resolver o conflito ideológico entre socialismo e liberalismo. Para o ex-líder do Partido Trabalhista australiano, “as fundações

³⁰ Brasil lidera... (2025).

³¹ Quais são... (2024).

³² Rousseau (2021, p. 87).

éticas do socialismo — a fraternidade e a igualdade — podem coexistir com a liberdade de mercado e a democracia liberal”.³³ O sociólogo britânico Anthony Giddens vai além ao reforçar que no cerne da política de terceira via deve estar a busca por igualdade. “Não devemos renunciar ao objetivo de criar uma sociedade igualitária.”³⁴

É essa via que defendo. Um ambiente de livre mercado capaz de gerar riqueza e um governo e um congresso genuinamente comprometidos com a melhor distribuição desses ganhos, algo que, historicamente, nunca aconteceu no Brasil. O ex-ministro da Fazenda Delfim Netto costumava dizer que era preciso esperar o bolo crescer para ser dividido. Pergunto a você: quantas fornadas já saíram nas últimas décadas? Quantos bolos já foram degustados pela parcela privilegiada, sem que a maioria da população pudesse sentir o cheiro? Cabe a qualquer governo de um país com níveis de desigualdade gritantes como o nosso colocar em prática, urgentemente, o que Ruy Barbosa destacou há mais de cem anos em sua *Oração aos moços*, como forma de diminuir a distância entre ricos e pobres. Ao discursar para os formandos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em 1920, o jurista lembrou a necessidade de *tratar de forma desigual os desiguais*.

Não há outra saída em um cenário de tamanha desigualdade como o Brasil. Se o governo trata todos da mesma forma, mantém-se o *status quo*. Não muda nada, que é o que uma parcela dos que estão no topo deseja. Necessitamos, portanto, de um plano de governo verdadeiramente voltado para os menos favorecidos, mas que avance sobre a raiz do problema. Melhor dizendo, mais do que um *plano de governo*, precisamos, na verdade, de uma *sociedade* que esteja comprometida com essa transformação. Uma mudança desse tipo necessita de muita vontade política para se tornar realidade. E isso só acontecerá quando houver entre nós, brasileiras e brasileiros, um sentimento majoritário de empatia em relação aos mais pobres. Julgo necessária, portanto, uma transformação na forma como enxergamos a possibilidade de evolução da sociedade, principalmente na parcela que se posiciona à direita, de acordo com Norberto Bobbio, “mais disposta a aceitar aquilo que é [...] o habitual, a tradição, a força do passado”.³⁵

³³ Giddens (2007, p. 47).

³⁴ Ibid. (p. 27).

³⁵ Bobbio (2011, p. 121).

Giddens complementa, ao ressaltar que, “ser um conservador significa [...] querer preservar”.³⁶

Não sou contra o conservadorismo em essência. Não vejo problema algum em manter algo que é bom, que funciona. Mas, diante desse cenário de desigualdade e injustiça encontrado não só no Brasil, mas em boa parte do mundo, não enxergo outra saída que não seja o que se convencionou chamar, em ciência política, de *progressismo*. Mas como democrata, concordo com o sociólogo Sergio Fausto quando ele destaca a importância do conservadorismo em uma sociedade plural como a nossa. “Serve para fazer o legítimo contraponto com os valores progressistas, em particular na área dos costumes”,³⁷ escreveu o diretor-geral da Fundação FHC. Nos Estados Unidos, o jornalista Irving Kristol chamou de neoconservadores os desiludidos com o velho esquerdismo que levam em conta as pautas de costumes na definição de seu espectro ideológico. “Eles enfatizam o papel fundamental da família e da religião como os pilares indispensáveis de uma sociedade decente”,³⁸ escreveu.

Há muita desinformação e preconceito, em nossa sociedade, em relação ao que é ser de esquerda ou de direita, e pretendo tratar dessas questões mais à frente. Por enquanto, destaco apenas duas definições que considero primorosas para a distinção desses dois polos. O grande Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai, morto em 2025, dizia que “ser de esquerda é ter uma posição filosófica perante a vida, em que a solidariedade prevalece sobre o egoísmo”. Bobbio foi um dos precursores dessa linha. Para o italiano, o que, ao longo da história, diferencia efetivamente a esquerda da direita é “um profundo sentimento de insatisfação e de sofrimento perante as iniquidades das sociedades contemporâneas”.³⁹ Ou seja, se você sente um desconforto ao se deparar com uma situação de injustiça social; se a visão de uma família sem-teto, na rua, o perturba; se a notícia de que mais de 670 milhões de pessoas passam fome no mundo o abala, tais reações, para Mujica e Bobbio, denotam o verdadeiro ideal da esquerda. Simples assim!

Mas e o socialismo, o comunismo? Não é isso que defende a esquerda? Entre os extremistas, certamente encontraremos quem apoie esse tipo de

³⁶ Giddens (1996, p. 31).

³⁷ Fausto (2024).

³⁸ Giddens (1996, p. 43).

³⁹ Bobbio (2011, p. 41).

regime, mas posso garantir que a esquerda vai muito além. Bobbio acrescenta que há, inclusive, espaço para a esquerda no “interior do horizonte capitalista”.⁴⁰ Ah, mas essa história de igualdade, pregada pela esquerda, é uma utopia, algo inatingível, dirão os céticos. Sim, sem dúvida, uma sociedade totalmente igualitária é, realmente, inalcançável. Mas essa constatação não nos impede de *buscar* esse objetivo. Como o arqueiro hábil e sensato de Nicolau Maquiavel, que, “considerando muito distante o ponto que deseja atingir, e sabendo até onde vai a capacidade de seu arco, faz mira bem mais alto que o local visado”,⁴¹ miremos o *ideal* da igualdade plena na busca *real* por uma sociedade mais justa. O que mais importa aqui não é o destino, mas a estrada a ser percorrida. Giddens escreve que “a literatura do socialismo está repleta de falas sobre *o caminho* a ser seguido, *a marcha* para a frente”.⁴² E Bobbio nos ensina que “o elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de *esquerda* [...] é o igualitarismo, desde que entendido, não como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como *tendência* [...] a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais”.⁴³

O que nos impede, então, de buscar esse caminho? Como destaquei antes, é necessário que tenhamos uma sociedade majoritariamente comprometida com essa mudança. A estrada a ser percorrida é longa, sinuosa, repleta de obstáculos, e há muita gente, não só no Brasil, mas em todo o mundo, que não tem interesse em percorrê-la. Gente que está feliz onde está. Gente que quer conservar as coisas como estão. E que não se importa com os demais. Gente contrária ao *princípio de retificação*, de Louis Dumont, que, de acordo com Bobbio, “parte do reconhecimento de que existem desigualdades injustificáveis [...] que podem e devem ser reduzidas ou abolidas, [...] mas] que a direita considera sacras e invioláveis, naturais ou inevitáveis”.⁴⁴

Reconheço que mudanças desse tipo não acontecem da noite para o dia. Talvez necessitemos de algumas gerações. Mas, de forma humilde e ciente de minha falibilidade, ousou propor um passo adiante. O início de uma caminhada. Mais do que tudo, o que me move é a certeza de que a

⁴⁰ Ibid. (p. 28).

⁴¹ Maquiavel (2000, p. 34).

⁴² Giddens (1996, p. 63).

⁴³ Bobbio (2011, p. 125–126).

⁴⁴ Ibid. (p. 18).

transformação só depende de nós. Realistas mundo afora, na ciência política e nas relações internacionais, insistem em dizer a nós, pesquisadores, que analisemos o mundo do jeito que ele é, e não como gostaríamos que fosse. Humildemente, abraço aqui o que preconiza a teoria crítica do canadense Robert Cox e, mais do que procurar entender as razões de tamanha desigualdade, proponho um caminho para superar essa realidade indesejável. Sugiro um sonoro não ao positivismo determinista, “orientado por interesses conservadores na manutenção da tradição”.⁴⁵ Lembremos que, há não muito tempo, era *tradicional* escravizar pessoas por aqui.

O futuro não é dado, mas construído

Um dos expoentes no estudo das relações internacionais, Robert Cox destacava a necessidade de teoria e prática caminharem juntas. “A teoria é sempre para alguém e para um propósito”,⁴⁶ escreveu. Cox rejeitava, portanto, o que chamava de *teorias de solução de problemas*, que “dão como garantida a persistência do sistema, cuja dinâmica interna procuram explicar”.⁴⁷ O então professor de ciências políticas na York University, em Toronto, defendia uma teoria crítica que “não considera como evidente as instituições e as relações sociais e de poder, mas as coloca em xeque, interessando-se por suas origens e se perguntando se e como elas poderiam mudar”.⁴⁸ Professor de relações internacionais na Universidade de Southampton, Mark Hoffmann defende a capacidade de uma teoria de “mudar não nosso ponto de vista sobre o mundo, mas o mundo”.⁴⁹ Ferrenho defensor dessa tese, resalto a importância de nos conscientizarmos de que nosso futuro não é dado, mas construído, dia após dia, de acordo com nossas escolhas e lutas. Ou seja, mais do que apenas entender passivamente a realidade, tratemos de tentar modificá-la. Apesar de não concordar com boa parte das ideias defendidas por Karl Marx, o que, acredito, ficará bastante claro mais à frente, julgo importante lembrar aqui uma das notas filosóficas que o alemão enviou ao jovem Ludwig Feuerbach, as chamadas *Teses sobre Feuerbach*. A décima

⁴⁵ Scott (2010, p. 233).

⁴⁶ Griffiths (2004, p. 170).

⁴⁷ Ibid. (p. 172).

⁴⁸ Battistella (2014, p. 238).

⁴⁹ Battistella (2014, p. 254).

primeira, e última, diz o seguinte: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo.”⁵⁰

E já que falamos em filosofia, tratemos de filosofar. Maquiavel, Hobbes, Montesquieu, Kant, cada um a seu tempo, insistiram na natureza má do ser humano. Ao longo da história, e mesmo em nosso dia a dia, não faltam exemplos de comportamentos em sociedade que reforçam tal *pessimismo antropológico*. Eu me recuso, no entanto, a acreditar que a maldade seja inata. Está certo que Rousseau deu uma exagerada ao afirmar que “nada é tão suave como o homem em seu estado primitivo”,⁵¹ mas tendo a acreditar mais nessa proposição do que na ideia *hobbesiana* de que *o homem é o lobo do homem* ou que o estado de natureza seja uma “guerra de todos contra todos”.⁵² Acadêmicos ortodoxos torcerão o nariz, eu sei. Dirão que tudo isso é pura ilusão, ou *wishful thinking*.⁵³ Pois aguardem, porque, já aviso, sou um otimista inveterado e este livro está recheado de *wishful thinking*. O dicionário Oxford define tal expressão como algo “muito improvável”. Leio e releio as definições e não encontro a palavra *impossível*. E por isso, acredito!

Vivemos em uma sociedade doente, e a cura dependerá do modo como educarmos nossas crianças. A Unesco publicou, em 2022, um documento precioso, produto da colaboração de dezoito educadores de todo o mundo, entre eles os brasileiros António Nóvoa e Cristovam Buarque. A chamada Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação propõe algo grandioso. Para mim, a chave para que possamos transformar nossa sociedade. Mais do que a universalização da oferta de educação *de qualidade*, o que a ONU sugere é um novo contrato social para a educação, focado não no indivíduo, mas na coletividade. A ideia é “reconstruir nossas relações uns com os outros”.⁵⁴

Um dos principais sintomas dessa nossa sociedade adoecida é a sensação de que vivemos em uma competição interminável, que separa ganhadores de perdedores. Que tal tentarmos dar um basta nessa ideia de que a

⁵⁰ Marx (2025).

⁵¹ Rousseau (2021, p. 66).

⁵² Hobbes (2022, p. 119).

⁵³ De acordo com o dicionário Oxford, “a crença de que algo que você quer que aconteça está acontecendo ou irá acontecer, apesar de isso não ser verdade ou ser muito improvável”.

⁵⁴ Unesco (2022, p. V).

vida é um jogo de soma zero, em que, para poucos ganharem, muitos têm de perder? É fácil? Claro que não. Demora? Com certeza, pois a mudança, de verdade, só viria por meio de gerações futuras. E por intermédio de *toda* a sociedade. Para que tenhamos governantes e parlamentares comprometidos com essa transformação, serão necessários eleitores com essas demandas. Por isso, destaco a importância dessa mudança de foco, desde a educação infantil.

Vamos precisar, portanto, de tempo... bastante tempo, mas isso não pode impedir que comecemos a caminhar. A velocidade, aqui, importa menos que a direção. “Nenhuma tendência é um destino”,⁵⁵ lembram os educadores da Unesco. Repito: nosso futuro não é dado; será construído por nós! Por isso iniciei nossa conversa com a proposta de *um chamamento*. É imperioso que mudemos de rota urgentemente. Que nos desviemos de um caminho que insistimos em trilhar, sonâmbulos, em direção ao abismo. Se essa situação também o incomoda, convido você a me acompanhar pelas próximas páginas.

⁵⁵ Unesco (2022, p. XIII).

A PÓS-VERDADE DESAFIA A DEMOCRACIA

“O que não sabemos nos prejudica muito menos do que o que acreditamos saber.”

JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Falta diálogo em nossa sociedade. Boa parte dos que estão nos dois lados dessa polarização nociva não conversa. O resultado é que se alarga o fosso que separa os dois polos. Aumentam a polarização e, o que é pior, a radicalização. Vivemos uma espécie de fundamentalismo político. Mais identificado e citado no âmbito religioso,⁵⁶ o fundamentalismo tem, talvez, como principal característica justamente a recusa ao diálogo. O fundamentalista baseia seu comportamento e suas opiniões não em fatos, mas em dogmas, costumes ou tradições. Anthony Giddens nos ajuda a entender por que o fundamentalista rejeita o “engajamento ideológico de ideias” e por que não sente necessidade de justificar seus posicionamentos. Segundo o sociólogo britânico, as tradições cultuadas por essas pessoas “contêm sua própria verdade, uma verdade ritual, afirmada como correta por todos que

⁵⁶ “O termo fundamentalismo foi aplicado pela primeira vez em um contexto religioso, por volta da passagem do século [XIX para XX], para referir-se a uma defesa da ortodoxia protestante contra as transgressões do pensamento moderno.” (Giddens, 1996, p. 100)

nela creem”.⁵⁷ Estamos diante, portanto, de um tipo de comportamento que “desafia a ciência e a razão”,⁵⁸ afirma o acadêmico irlandês Fred Halliday.

A explicação para o obscurantismo do fundamentalista pode ser encontrada também em Émile Durkheim. O sociólogo francês escreveu que “o objeto de toda ciência é fazer descobertas, e toda descoberta desconcerta mais ou menos as opiniões aceitas”.⁵⁹ Pouco antes, John Stuart Mill já destacava como as crenças, para as quais “não se considera necessário apresentar razões, seja aos outros, seja a si mesmo”, podem limitar o diálogo e impedir avanços. É assim porque sempre foi assim, e continuará sendo, afirma o fundamentalista, sem pestanejar nem pensar. Segundo o filósofo britânico, “o costume tem como efeito anular qualquer receio sobre as regras de conduta que a humanidade impõe a si mesma”.⁶⁰ Isso é perigoso.

Tal comportamento, classificado como *culto da tradição*, foi apontado por Umberto Eco como a característica de número um⁶¹ do que ele chamou de *fascismo eterno*. O filósofo utilizou o termo composto em conferência durante um simpósio para estudantes da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, em 1995. A alusão à eternidade era um alerta. Para Eco, a prisão e morte de Benito Mussolini, ao final da Segunda Guerra Mundial, não garantia que as ideias do ditador italiano não pudessem voltar. “Devemos ficar atentos para que o sentido dessas palavras não seja esquecido de novo. O *Ur-Fascismo*⁶² ainda está ao nosso redor, às vezes em trajes civis. [...] Nosso dever é desmascará-lo e apontar o dedo para cada uma de suas novas formas – a cada dia, em cada lugar do mundo.”⁶³ Não à toa, uma das citações mais lembradas quando o assunto é a preservação da democracia é o alerta de que “o preço da liberdade é a eterna vigilância”.⁶⁴ Segundo Eco, o tradicionalismo traz, como consequência, a impossibilidade

⁵⁷ Giddens (1996, p. 14).

⁵⁸ Halliday (2007, p. 292).

⁵⁹ Durkheim (2022, p. 11).

⁶⁰ Mill (2022, p. 14).

⁶¹ Eco identificou outros treze arquétipos do fascismo, entre eles: recusa da modernidade, aversão a crítica, racismo, xenofobia, culto do heroísmo e machismo.

⁶² Termo escolhido por Umberto Eco para representar o fascismo eterno.

⁶³ Eco (2025, p.60–61).

⁶⁴ Frase frequentemente atribuída a Thomas Jefferson, consta de um discurso, de julho de 1790, do orador irlandês John Philpot Curran.